

ATA Nº 04/2013-2017

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 2 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2014; -----

Ponto 3 - Apreciação e votação da autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

Ponto 4 - Apreciação e votação das alterações ao Regulamento Interno do parque de Campismo da Praia da Barra; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação de Recrutamento de Novos Postos de Trabalho. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Margarida São Marcos. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, Beatriz Martins, José Vaz, Ana Bastos e António Pedro Martins. -----

FALTAS: -----

Irene Ribau Esteves, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista Carlos Ferreira. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: Fernando Maria Duarte, Luís Pedro Leitão, Carlos Sarabando, João Oliveira, Bárbara Gabriel, António Flor Agostinho, Sofia Senos, António Pinho, Júlio Barreirinha, João Bernardo, Margarida São Marcos, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Daniel Jesus, Carla Lima, Emanuel Costa, Lurdes Faneca, Hugo Rocha, Carlos Ferreira, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha e Luís Diamantino. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao público. Não havendo público para intervir, deu-se continuidade dos trabalhos. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2014; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Descreve as Opções do Plano e Orçamento como sendo resultado das opções das últimas eleições em que define as linhas gerais de actuação, as funções gerais, económicas e sociais. Considera o Plano apresentado como ambicioso, controlador dos custos da estrutura da Câmara Municipal de uma forma sustentável. -----

Sob a actual conjuntura e no cumprimento da Lei das Finanças Locais e dos Compromissos, estruturou-se o Plano com base num orçamento global de 29,9 milhões de euros, um investimento de 16,8 milhões de euros. Foi tido como referência a redução de 23% do orçamento do ano 2013 para o ano 2014, através do controlo de custos, receita e de investimentos. Estando numa fase transitória de critérios de atribuição de Fundos Comunitários, de cumprimento legal do controlo de despesas com pagamentos a 90 dias, diz ter havido necessidade de existir redução de despesas de funcionamento e escolha selectiva das opções de futuros investimentos. Explica que com a nova Lei das Finanças locais, a partir de 2015 terá de haver cumprimentos de 85% das Grandes Opções do Plano, sob pena de ser penalizado com o fim das transferências pela Administração Central. Assim, a estrutura da Câmara Municipal está dimensionada com o valor de 14 milhões de euros, numa redução de 16% em relação a 2013, o que significa uma redução e forte contenção de despesas. Consta que esta diminuição nas despesas traduzem em 47% no Orçamento, o que indica que mais de 53% está direccionado para o investimento, demonstrando equilíbrio. -

Demonstra que o orçamento apresenta realismo, contemplando ambição de investimento através de execução física de obras, nomeadamente no que respeita à rede de saneamento básico na Zona Industrial

da Mota, Gafanha da Nazaré, reabilitação do Teatro da Vista Alegre, construção do Edifício Sócio Cultural,

Extensão de Saúde da Costa Nova e a requalificação da Capela da Ermida, entre outros. -----

--

Quanto ao Mapa de Pessoal, indica que com as limitações impostas por Lei existem 43 postos de trabalho por ocupar e que são executadas assim que houver condições. -----

Termina, dando destaque às atividades nas áreas da educação, acção social e empreendedorismo. -----

--

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

SERGIO LOPES: Chama à atenção para a não consulta dos membros da oposição, conforme previsto na lei, para a elaboração do Plano. -----

Da sua análise às Grandes Opções do Plano e Orçamento, verifica que o actual executivo pretende aplicar medidas mais cautelosas e realistas em comparação com Planos de outros anos. Considera que a Câmara Municipal não tem capacidade para continuar a construir, que os seus recursos financeiros não se coadunam com a adequada rentabilização dos equipamentos edificados, deixando de ter margem de manobra para abdicar da sua receita em benefício do alívio da carga fiscal das famílias ilhavenses. -----

Constata sinais de que, finalmente, após tantos anos demonstrado pelo PS, o PSD demonstra mais atenção às suas obrigações no que diz respeito à intervenção social, parcerias com as associações e juntas de freguesias do concelho, entre outros. No entanto, entende que o executivo não apresenta ideias novas para o envolvimento da população, em especial a jovem, no combate às dificuldades económicas e sociais das famílias ilhavenses, no estímulo à economia local, entre outros. Termina dizendo que perante esta realidade o PS irá abster-se na votação das Grandes Opções do Plano para 2014. -----

SOFIA SENOS: Lamenta que tenham optado por dar destaque à manilha na capa das Grandes Opções do Plano, confirmando que passados 16 anos de executivo de PSD, o saneamento ainda se encontra por executar. Quanto aos acessos do PCI, estando a decorrer uma providência cautelar e sendo isso omissos nestes documentos, questiona se é pretensão da Câmara Municipal avançar com as obras. Considera positiva a retoma do Festival Rádio Faneca por ser agregador da comunidade local, apelando a que seja um evento anual. -----

LURDES FANCA: Apesar de verificar que as Grandes Opções do Plano foram redimensionadas à escala dos municípios e das suas necessidades, considera que há muito ainda por investir na área social, visto que as necessidades das famílias são elevadas. Por isso, defende que a acção social deve ter uma intervenção transversal, desde a infância até à velhice. -----

É sabido que as associações de pais terão de deixar de cobrar o serviço de almoço, também designado como ATL de almoço ou acompanhamento de almoço, questiona se a verba orçamentada será suficiente para o pretendido apoio. -----

JOÃO BERNARDO: Considera serem importantes as requalificações de edifícios educativos, desde que sejam bem planeadas contrariando o que aconteceu no passado, a bem da necessidade educativa. Reitera que, conforme explicou na reunião de 19/12/13, as famílias do município de Ílhavo pertencem, segundo estudo público, ao grupo dos que mais pagam pelo abastecimento de água. Questiona como se conseguiu proceder à redução das despesas de funcionamento. -----

JOÃO ROQUE: Questiona quais foram os procedimentos para chegar aos valores de apoio às associações e juntas de freguesias. -----

LUÍS LEITÃO: Solicita explicações sobre o contrato de comodato com a empresa Vista Alegre e sobre quais os procedimentos prestados para dinamizar os espaços na Vista Alegre. -----

Considera importante relançar uma relação próxima de cooperação com as Juntas de Freguesia, pois são estas que estabelecem um contato mais direto de proximidade com as pessoas. -----

Da sua análise aos documentos apresentados esperava mais conteúdo através da implementação de estratégias de criação de emprego, captação de investimento público e privado e ao apoio às famílias e às empresas. -----

EDUARDO CONDE: Enaltece a importância atribuída à educação, considerando necessária a revisão à carta educativa, valorizando cada vez mais as pessoas. Tece algumas considerações sobre áreas tão distintas como, turismo, empreendedorismo, pescas, criação de emprego, entre outros. -----

CARLOS ANTÓNIO: Vê positividade na retoma de protocolos com as Juntas de Freguesia. -----

No seguimento da finalização da obra de saneamento na Gafanha da Nazaré, aguarda que a requalificação das vias e ordenamento do trânsito seja igualmente proporcionado. -----

FLOR AGOSTINHO: Conclui que a atribuição de verbas às diferentes rubricas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, comparativamente aos valores referenciados no ano 2012, os valores são similares sem variações de riscos, apesar de nas receitas do IMI existir um ligeiro aumento. Considera que estes dados demonstram que o presente documenta parte de premissas reais, permitindo uma execução mais elevada. Em conclusão, diz que o orçamento é realista e que promoverá mais bem-estar à população de Ílhavo. -----

HUGO ROCHA: Chama à atenção para o facto de a Lei que consagra o direito de oposição, nomeadamente no que diz respeito a serem consultados para opinar na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, não ter sido cumprida. Solicita esclarecimentos sobre o que engloba a rubrica de trabalhos especializados. -----

ANTÓNIO PINHO: Considera desadequado que num documento oficial da Câmara Municipal se faça referência ao programa eleitoral de um partido, visto que este documento pode receber contributos de outros partidos. Entende que os municípios terão de alterar hábitos e vivências que permitam ter uma gestão autónoma e positiva, dando como exemplo municípios dependentes de Fundos Comunitários. Refere que se deva dar importância a áreas de menos impacto, mas de grande importância, exemplificando com o reordenamento do trânsito, pavimentação das vias, requalificação de passeios,

entre outros, a, que deve ser dada prioridade. -----

CARLA LIMA: Reitera a importância do cumprimento da Lei n.º24/98, de 26 de Maio – Estatuto do Direito de Oposição nas autarquias locais, e, que as respostas às questões apresentadas de forma clara e objetiva devam ser dadas, bem como ouvir atempadamente os projectos propostos pelos eleitos locais sem pelouros. -----

Tece comentários sobre o documento das Grandes Opções do Plano dizendo que este é ilegível, tanto na sua apresentação gráfica como no seu conteúdo.-----

DANIEL SANTIAGO: Lamenta o pouco tempo atribuído para poder na sua intervenção tecer considerações respeitantes ao tema tão vasto em discussão. Igualmente sente que foi o PCP desrespeitado, por não ter sido consultado aquando da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

Demonstra compreensão no decréscimo da receita, visto ser um ano de transição de Fundos Comunitários. Saúda a Câmara Municipal pelo plano na total cobertura de saneamento em algumas áreas do concelho, salientando desalento por verificar outras infra-estruturas terem avançado em detrimento desta. Questiona para quando o fim do contrato com a SUMA, empresa de recolha de resíduos e se há viabilidade em municipalizar este serviço. -----

Quanto ao serviço de transportes públicos, verifica que estes estão obsoletos, com taxas elevadas e sem horários flexíveis, por isso chama à atenção para a necessidade de apresentar melhorias este serviço público. -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por dizer que não vê incorrecções em se basearem no programa eleitoral do PSD para a elaboração deste documento, visto que foi com base nele que a população elegeu este executivo, o que significa apoia as ideias que foram defendidas pelo PSD, atual partido no executivo com pelouros.-----

-----Responde ao membro Sérgio Lopes dizendo que, no passado, a Câmara Municipal fê-lo e tirou o maior proveito dos Fundos Comunitários e isso foi uma mais-valia para o município. -----

Apesar de concordar com a Lei dos Compromissos, refere que esta foi imposta de forma radical e num espaço muito curto de tempo, tendo faltado o período de transição. Por isso, a candidatura do PAEL preveniu todas essas dificuldades adjacentes. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento, indica que o documento apresentado é de transição com a anterior realidade, conforme previsto na Lei tornando-o mais realista e objectivo. -----

Declara ser defensor cada vez mais das parcerias com as associações.-----

Em relação ao apoio aos carenciados, explica que a Câmara Municipal se destacou nesse apoio através da criação do regulamento de apoio às famílias e indivíduos carenciados, disponibilizando, com regras, os apoios necessários a todos que solicitem, nomeadamente no apoio de renda. -----

Afirma ter assumido o Festival Rádio Faneca como actividade anual, tanto pelo seu anterior sucesso como pelo facto de ser um meio dinamizador do centro da cidade de Ilhavo.-----

Responde ao membro Lurdes Faneca que a Câmara Municipal se encontra a fazer um levantamento sobre o serviço de refeições. Conscientes da realidade apresentaremos as melhores medidas para o assunto.-----

Respondendo ao membro Carlos António, dizendo que tem por objectivo no primeiro trimestre do ano 2014 reunir c/os presidentes de Junta com o objetivo da efetivação dos acordos de cooperação com as Juntas de Freguesia. Pretende também proceder, após a finalização da obra de saneamento, ao ordenamento do

trânsito e qualificação urbana em todo o município. -----

Responde ao membro Hugo Rocha referindo que a aquisição de serviços, nomeadamente à empresa SUMA, ERSUC e SIMRIA estão contemplados no orçamento. -----

Termina dizendo ao membro António Pinho que os actuais condicionantes são diferentes das realidades do passado e é por isso que a gestão pública é um desafio. Tem presente que as pequenas obras são de grande importância para as populações e por isso, irão ser sempre constituídas prioritárias. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS ----- -----

LUIS LEITÃO: Solicita resposta às questões apresentadas. Comenta que apesar de existirem perspectivas diferentes dos partidos eleitos, entende que o que se pretende é o bem do município. -----
--

FLOR AGOSTINHO: Considera que estando as autarquias obrigadas pela nova Lei das Finanças Locais a dar cumprimento aos pagamentos em atraso, consciente destas realidades, verifica que a Câmara Municipal apresenta um orçamento credível a bem da gestão dos dinheiros públicos e que merece a sua total concordância, exemplificando com obras físicas e acções de apoio às instituições, entre outros.-----

ANTÓNIO PINHO: Relembra que em anteriores mandatos em que participou, a oposição sempre foi consultada para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, conforme previsto na Lei. -----
--

DANIEL SANTIAGO: Solicita respostas às questões apresentadas em anteriores intervenções. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por dizer que respeita a opinião de todos e são essas diferenças que contribuem para o bem do município. Responde ao membro Daniel Santiago que a obra de saneamento é única e simplesmente da responsabilidade de gestão da ADRA. -----

De seguida deu a palavra ao Vereador Marcos Ré para prestar mais esclarecimentos: -----

MARCOS RÉ: Complementa a resposta do Presidente da Câmara em relação ao tema saneamento dizendo que o executivo ao longo dos últimos quatro mandatos investiu no concelho cerca de 20 milhões de euros, dos quais 10 milhões foram investidos em águas pluviais. Paralelamente à obra de saneamento, a decorrer, o Município vai executar a rede de águas pluviais. Informa que os projetos de saneamento para todas as freguesias estão elaborados, aguardando-se unicamente financiamento para tal, o processo é atualmente liderado pela ADRA.-----

Esclarece que o concurso através do qual a SUMA, presta serviço, foi de âmbito internacional e tem a duração de 20 anos, terminando em 2019. Relembra que não foi a SUMA quem o ganhou, mas por circunstâncias alheias à Câmara Municipal a empresa vencedora, foi vendida a esta. Relembra que a empresa prestadora de serviços o faz por uma concessão, representando a verba de 1 milhão e cem mil euros ano. No final da concessão serão efectuadas as respectivas avaliações, no entanto, crê que através da municipalização o serviço seja prestado tal qual hoje. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros do PSD, dois votos contra (1 BE e 1 PCP) e dez abstenções (8 PS e 2 CDS/PP). Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Declaração de Voto.-----

Grandes Opções do Plano para 2014-----

As Grandes Opções do Plano para 2014 que a Câmara Municipal nos apresenta são, conforme referido pelo documento apresentado à Assembleia Municipal de Ílhavo, a concretização do Programa Eleitoral do Partido Social-Democrata.-----

O resultado eleitoral das Eleições Autárquicas de 29 de Setembro atribuiu ao Partido Social-Democrata uma maioria absoluta na Câmara Municipal que permite aos eleitos pelo Partido Social-Democrata executar políticas municipais de acordo com o seu entendimento explanado no seu programa eleitoral.-----

Deve a maioria, no entanto, ter em consideração que uma parte significativa dos eleitores, ainda que não a maioria, expressou pelo seu voto pretender uma gestão distinta dos destinos do Município, atribuindo ao Partido Socialista três mandatos no executivo Municipal, e formando uma Assembleia Municipal em que o partido vencedor não obteve diretamente maioria absoluta.-----

A co-relação de forças nos órgãos municipais responsabiliza esta maioria para o diálogo com a oposição na interpretação das necessidades dos munícipes e dos desafios para o desenvolvimento do nosso Município.-----

De referir que na prossecução dessa responsabilidade, e de acordo com a lei que define o Estatuto de Direito de Oposição, o Executivo Municipal tem o dever de consultar previamente as estruturas representativas dos Partidos de Oposição representados na Assembleia Municipal, no âmbito da elaboração das Grandes Opções do Plano. Essa consulta previa não ocorreu, o que resulta no incumprimento da Lei e no claro desrespeito pelo direito das minorias de constituir e exercer uma oposição democrática ao Executivo Municipal.-----

O executivo municipal apresenta um Orçamento mais realista do que nos anos anteriores e com uma orientação política que vai ao encontro, ainda que de forma ténue, de algumas das propostas que o PS tem defendido, sendo exemplos:-----

Aproximação dos valores globais do Orçamento aos valores reais da capacidade de captação de receita, e por conseguinte de execução de despesa, demonstrando mais realismo e sobriedade na previsão de edificação de equipamentos municipais;-----

Reforço, ainda que diminuto, de dotação orçamental nas áreas de intervenção social e da qualidade de vida dos munícipes;-----

Reconhecimento da importância do estabelecimento de parcerias com as Associações e as Juntas de Freguesia.-----

As Grandes Opções do Plano para 2014 procuram refletir um exercício que melhor equaciona as prioridades para o município, colocando enfoque na racionalização de despesas.-----

No entanto, entendemos que há respostas aos problemas dos munícipes que ficam por dar, nomeadamente no que diz respeito ao alívio da carga fiscal aos munícipes de Ílhavo.-----

Constatamos que a Câmara Municipal de Ílhavo chega a 2014, mais um ano de grave crise económica e social, sem margem de manobra. O executivo municipal liderado pelo PSD, nos últimos 16 anos, hipotecou o presente com planos megalómanos, projectos e obras dificilmente sustentáveis, prioridades questionáveis.-----

As Grandes Opções do Plano para 2014 são a assunção dessa mesma realidade, por parte da maioria. A Câmara Municipal não está em condições de dar novas respostas a novos problemas que se colocam hoje as pessoas do nosso Município. O tempo veio dar razão ao PS. Não deixamos no entanto de referir que existem áreas que ficam sem resposta:-----

A implementação do Orçamento Participativo que, numa época de poucos recursos, poderia constituir uma forma de participação dos munícipes na procura de soluções mais adequadas as suas necessidades;-----

A criação do Conselho Municipal de Juventude, como uma importante forma de auscultação e participação dos jovens e do movimento associativo juvenil, na definição das políticas públicas locais de juventude;-----

O reforço do apoio às Associações de Pais que, resultado do agravamento da situação das famílias ilhavenses, que se deparam agora com serias dificuldades de gestão essencialmente provocadas pela dificuldade de recebimento das contribuições dos pais das crianças que usufruem dos respectivos

serviços, em especial das refeições.-----
Necessidade de tomada de medidas sistemáticas e planificadas que apontem para uma diminuição da situação de endividamento da Câmara Municipal.-----

Assim, e atendendo as considerações anteriores, o Grupo Municipal do Partido Socialista, não votando a favor deste Plano e Orçamento porque o mesmo tem por base um Programa que é em muitas opções diferente do projecto político do PS para o Município de Ílhavo, mas não deixando de reconhecer um novo caminho e uma nova orientação mais realista e mais virada para as áreas sociais, o associativismo, a parceria com as Juntas de Freguesia e uma ligeira aproximação aqueles que são os problemas reais das pessoas, entendem que este orçamento merece a nossa Abstenção.-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----
Declaração de Voto do Bloco de Esquerda. -----

Grandes Opções do Plano – Orçamento 2014. -----

Considerando que: -----

1. De acordo com a legislação (Lei nº 24/98, de 26 de Maio - Estatuto do Direito de Oposição Democrática nas autarquias locais), os titulares do direito de oposição ao devem ser ouvidos logo após a elaboração dos projetos de propostas do plano de atividades e orçamentos e em prazo que permita aos mesmos pronunciarem-se sobre os documentos em causa antes da sua aprovação pelo órgão executivo, bem como o órgão executivo deve informar, independentemente de qualquer iniciativa ou concretização dos mesmos, os titulares do direito de oposição, sobre os assuntos de considerável importância local e interesse público relevante; -----

2. Todos os partidos com assento na Assembleia Municipal têm de ter acesso aos documentos e têm direito a participação em questões relativas ao Orçamento e o Executivo tem a obrigação de disponibilizar a todos os partidos a entrega, ao mesmo tempo, deste tipo de documentos, para que assim se possa apresentar, por escrito, propostas que integrem o Orçamento; -----

3. PSD e PS, por terem maioria e representatividade no Executivo, tiveram acesso antecipadamente às linhas orientadoras do Orçamento para 2014. Analisaram-no, discutiram-no, fizeram as suas opções estratégicas, definiram as prioridades e aprovaram as Grandes Opções do Plano e Orçamento, sem contudo terem levado em conta o cumprimento do princípio constitucional do direito de oposição ao democrática;-----

4. Houve uma clara violação cometida pela presidência da Câmara, reveladora do mais profundo desrespeito pelos partidos da oposição, ao não cumprir a Lei do Estatuto do Direito de Oposição, em que as forças políticas representadas nos órgãos deliberativos, têm o direito de serem auscultadas, em audiências prévias, sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade: ora, não existiram reuniões prévias com o Bloco de Esquerda para contributos em matéria de orçamento municipal para 2014; -----

5. Houve uma intencional falta de transparência política neste documento, que se pretendia ser participado e que apresenta, na forma como foi disponibilizado/entregue ao Bloco de Esquerda, constrangimentos inaceitáveis: o documento possui pouca qualidade gráfica, praticamente ilegível, em formato PDF digitalizado, não permitindo sequer pesquisa e inviabiliza uma leitura clara. -----

Não podemos deixar de salientar que neste documento das GOP- Orçamento para 2014, é o próprio executivo camarário PSD a assumir que este é um orçamento condicionado pelas suas próprias políticas de estrangulamento financeiro, a que acresce, fruto disso, a quebra das receitas fiscais municipais e de transferências de verbas do Estado Central e conseqüentemente, menor dotação orçamental para fazer face às reais necessidades da população do concelho de Ílhavo. -----

Não podemos também deixar de referir que este é um orçamento limitado pela hipoteca do anterior

executivo em projetos de betão insustentáveis, pelos constrangimentos causados pela adesão ao Programa de Apoio a Economia Local (PAEL), o que conseqüentemente limita o atual executivo na tomada de medidas conducentes a melhoria das condições de vida da população do nosso concelho. --

Sabendo também que o Bloco de Esquerda; -----

a) defende que os orçamentos municipais devem ser participativos, através da auscultação do movimento associativo e dos cidadãos antes da elaboração da proposta final, o que não sucedeu; ---

b) defende o orçamento de base zero, que apresenta para cada um dos objetivos que a Câmara se propõe realizar, a justificação dos dinheiros necessários para o fazer, exigindo assim rigor e transparência nas contas municipais; -----

c) entende que as opções estratégicas e prioridades apresentadas neste orçamento não se irão traduzir numa melhoria efetiva dos problemas atuais e reais necessidades da população do concelho de Ílhavo.--
--

Atendendo as considerações e razões atrás enunciadas, O Bloco de Esquerda Vota Contra as Grandes Opções do Plano - Orçamento 2014. 19 de dezembro de 2013 O Membro do Bloco de Esquerda.-----

Ass): Carla Cristina Sá Simões de Lima. -----

Declaração de Voto. -----

(Ponto 2 – Apreciação e Votação das Grandes Opções, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2014)

Considerando que: -----

A Câmara Municipal de Ílhavo e o seu executivo não respeitaram o estatuto da oposição, segundo a Lei nº. 24/98, artigo 5º., nº. 3, desrespeitando os partidos representados na Assembleia Municipal sem representação no executivo; -----

A qualidade do documento entregue para estudo e avaliação dos nossos deputados ser imprópria, impedindo de fazer uma melhor análise; -----

As linhas gerais/medidas propostas, nomeadamente relativo aos transportes, resíduos sólidos, entre outros, vão contra as linhas definidas pelo PCP para as autarquias, mais precisamente a nossa.-----

Pelas razões atrás enunciadas votaremos contra. O Grupo do PCP na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----
-

Ass: Daniel Santiago.-----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 Apreciação e votação da autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----**1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o documento é objectivo e que a sua apresentação advém de normas administrativas, tendo este sido analisado igualmente em reunião de Câmara e aprovado. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

CARLA LIMA: Considera que a Lei dos Compromissos causou mais constrangimentos incompatíveis com o serviço público e com a dinamização da economia, impondo extremas limitações na intervenção das autarquias, sobretudo, em termos de serviço à população, iniciativa económica e conclusão das obras. Não concorda com a autorização prévia, genérica para a contracção de dívidas, visto considerar este endividamento em casos específicos, conhecendo previamente os projetos a que vão ser afetos esses endividamentos, visto que o que está em causa não são as verbas, mas sim a sua aplicação em projectos exequíveis e previamente analisados. Assim, indica que votará contra. -----

DANIEL SANTIAGO: Esclarece que não concorda com a autorização prévia conforme documento apresentado, colocando à consideração de todos diversas alterações a incluir no documento. -----

JOÃO ROQUE: Considera que a autorização prévia tem que existir dotando a Câmara Municipal de condições de funcionamento. Discorda das propostas apresentadas pelo membro Daniel Santiago, visto que o documento já foi analisado pelos membros da Câmara Municipal, como tal, votará favoravelmente. -

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Concorda com o membro João Roque, visto que este documento proporciona ferramentas para prestar um correto serviço público ao município. Informa o membro Daniel Santiago de que o documento foi aprovado por unanimidade pelos membros em reunião de Câmara Municipal. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

DANIEL SANTIAGO: Reitera a necessidade de introduzir alterações ao documento apresentado para efectuar a devida aprovação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (13 PSD, 8 PS e 2 CDS/PP) e dois votos contra dos membros do PCP e BE. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Proposta de Alteração O PCP propõe a alteração à “Proposta de Autorização Prévia e Autorização Genérica no Âmbito da Lei dos Compromissos” no III ponto, onde diz “A Câmara Municipal, com a aprovação desta proposta, delega no Presidente ...” por “A Câmara Municipal, com a aprovação desta proposta, poderá delegar no Presidente...” -----

Pelo Grupo Municipal do PCP. Daniel Santiago. -----

Proposta de Alteração O PCP propõe a alteração à “Proposta de Autorização Prévia e Autorização Genérica no Âmbito da Lei dos Compromissos” no IV ponto pela seguinte redação: -----

Em todas as Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. -----

Pelo Grupo Municipal do PCP. Daniel Santiago. -----

Declaração de voto de vencido. (Ponto 3 -Proposta de Alteração O PCP propõe a alteração à “Proposta de Autorização Prévia e Autorização Genérica no Âmbito da Lei dos Compromissos). -----

Considerando que: -----

A proposta entregue à Assembleia Municipal contém um erro, onde diz: (iii) "A Câmara Municipal, com a aprovação desta proposta, delega no presidente..."-----

A Assembleia não pode obrigar a Câmara Municipal a delegar, entrando nas competências da Câmara, extravasando as competências da Assembleia Municipal; -----

O PCP propôs a alteração de onde diz "delega" para "poderá delegar", o qual não foi aceite; -----

--
Para que o PCP fique completamente isento de responsabilidades segundo o artigo 28º do código de procedimento administrativo, procedemos à presente declaração de voto vencido e votamos contra.-----

--
O Grupo do PCP na Assembleia Municipal de Ílhavo. Daniel Santiago. -----

Declaração de Voto do Bloco de Esquerda, relativa à Votação da autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

Considerando que: -----

A Lei dos Compromissos constitui um estrangulamento financeiro às Câmaras municipais e causa constrangimentos incompatíveis com o serviço público e com a dinamização da economia; -----

As autarquias estão a ficar com extremas limitações na sua intervenção em termos de serviço à população;-

O Bloco de Esquerda propôs a revogação da Lei dos Compromissos e questiona o seu regime de exceção.

Tendo em conta que: -----

O que é aqui solicitado nesta reunião de Assembleia Municipal é uma Autorização Prévia, Genérica para a Contração de dívidas; -----

Só poderemos considerar este endividamento em casos específicos, conhecendo previamente os projetos a que vão ser afetos esses endividamentos; -----

--
Conhecendo nós o gosto dos partidos que compõem este executivo por projetos megalómanos:-----

-
Não de verá passar por cima das competências da Assembleia Municipal, que deve fiscalizar a ação da Câmara caso a caso e aquilo que não podemos aceitar é fiscalizar à *posteriori* os compromissos plurianuais assumidos pela autarquia. -----

Pelas razões atrás enunciadas Votamos Contra a autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

19 de dezembro de 2013, O Membro do Bloco de Esquerda. Carla Cristina Sá Simões Lima. -----

--
O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 - Apreciação e votação das alterações ao Regulamento Interno do parque de Campismo da Praia da Barra; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo sido indicado o Vereador Paulo Costa para prestar os devidos esclarecimentos: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA: Refere que o documento apresentado advém de alterações administrativas indicadas pelo concessionário e por ser uma infra-estrutura municipal tem de ser apresentado à Assembleia Municipal. Nele são introduzidas alterações respeitantes à permissão do parque para efectuar a retirada de material instalado no mesmo, sem a regularização do referido

pagamento, dando como exemplo, tendas e caravanas. Igualmente são introduzidas alterações na tabela de taxas.-----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUGO ROCHA: Informa que votará favoravelmente. Chama à atenção para a resolução da situação do estacionamento em espaço público das autocaravanas, nomeadamente na Praia da Barra. -----

---- **2ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Indica que o referido processo se encontra a ser trabalhado com a autoridade policial, GNR - Guarda Nacional Republicana, para que os incumprimentos e abuso não se repitam. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Apreciação e votação de Recrutamento de Novos Postos de Trabalho. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----**1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Por imposição da lei, indica que o documento é meramente administrativo e de obrigatoriedade a sua apresentação à Assembleia Municipal. Refere que a imposição implica a redução de pessoal em 2% e que a Câmara Municipal já o cumpriu por força de reformas na administração pública em 24%. Não concorda com os cortes cegos, visto que se há infra-estruturas na administração local, tais como Bibliotecas, Piscinas e Museus, há necessidade de recursos humanos nas respectivas áreas para promoverem um bom serviço público. -----

Tendo havido oportunidade para a abertura de cinco vagas, apresentou-se de imediato a referida proposta como forma de atenuar a situação referente aos Recursos Humanos. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

CARLA LIMA: Sendo de opinião que há mais falta de pessoal na base da hierarquia da Função Pública do que no topo e apesar de verificar que as cinco vagas são para técnicos superiores, é favorável à contratação de recursos humanos, como forma de promover um bom serviço público. -----

JOÃO BERNARDO: É favorável à estabilização do quadro de pessoal para haver uma boa prestação de serviço público. -----

FLOR AGOSTINHO: Considera que a proposta apresentada é sinal da boa gestão dos Recursos Humanos da Câmara Municipal. -----

ANTÓNIO PINHO: Salaria a evolução do quadro de pessoal, através da evolução tecnológica e da implementação de novos procedimentos e como tal votará a favor. -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Agradece a intervenção de todos, favorável à prestação do bom serviço público. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia, deu por terminada a reunião às 00h45 horas do dia 28 de Dezembro de 2013.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa_____

O 1º Secretário_____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28/02/2014.